

Governo fracassa na batalha do PDOT

Oposição derruba veto de Cristovam com 13 votos, mas sessão é anulada. A briga política deve continuar na Justiça

Ana Júlia Pinheiro
Da equipe do Correio

Apreciação dos seis vetos do governador ao Plano Diretor de Ordenamento do Territorial (PDOT) deu em coisa nenhuma, mas que belíssimo jogo entre deputados aliados e de oposição. A primeira votação, desfavorável ao Executivo, foi anulada porque feria o regimento da Casa. Na segunda tentativa, a oposição saiu de cena e faltou quórum em plenário. Hoje tem sessão ordinária para tratar do assunto, mas tudo indica que a briga vai terminar na Justiça.

A sessão na Câmara Legislativa começou e empacou no veto ao parágrafo primeiro do artigo 19 do PDOT. Mais conhecido como o capítulo que trata da Fazenda Santa Prisca, nome de uma propriedade do deputado

Luiz Estevão (PMDB) em Santa Maria. A briga consumiu toda a tarde de ontem. Nada será votado na Câmara antes de uma solução para o PDOT.

Estevão precisa ver aquela área ao sul da BR 251 (Brasília-Unaf) definida no mapa do Distrito Federal como Zona Urbana de Dinamização. Se o conceito emplacar, seu grupo OK poderá construir por lá a cidade OKlândia. Os técnicos do governo que elaboraram o plano discordam. Entendem que a região é Zona Rural de Uso Diversificado.

Em votação secreta (apesar de alguns parlamentares mostrarem seus votos), 13 deputados votaram contra as intenções do governo, 9 apoiaram e dois marcaram na cédula sua abstenção. Nesses dois votos diferenciados está o X da questão. Há duas versões. A base governista afirma nos

bastidores que acertaram marcar duas abstenções para provar que o empresário Luiz Estevão votaria de acordo com seus interesses. Segundo essa tese, entre os 13 votos, um seria do próprio deputado.

Dois aliados do governo garantiram que se abstiveram de votar: os deputados Peniel Pacheco (PSDB) e Cláudio Monteiro (PPS). Os dois haviam apoiado Estevão em primeiro e segundo turno quando o projeto tramitava no Legislativo, mas mudaram de idéia. Peniel seguiu a orientação da Executiva do PSDB.

“Uma coisa eu garanto: a abstenção não foi voto do deputado Luiz Estevão. Houve um acordo entre o deputado Cláudio Monteiro e eu”, confirmou o deputado Peniel Pacheco. “A abstenção no caso do veto, como nós fizemos, significa apoiar o Governo. Quem tinha que arrumar 13 votos favoráveis era a oposição”, completou Monteiro.

Estevão declarou ao microfone, em alto e bom som, que se absteve de votar quando o deputado Geraldo Magela (PT), líder do Governo, sacou

o artigo 160 do Regimento Interno da Câmara para anular a votação.

“O deputado deveria ter se declarado impedido de votar porque a matéria em votação trata de assunto do seu interesse”, protestava Magela. O contra-ataque da oposição veio em cima da bucha. Teve como porta-voz o deputado Renato Rainha (PL).

Rainha foi ao microfone dizer que, de acordo com o mesmo regimento, a presidente da Câmara, Lúcia Carvalho (PT), não poderia anular a votação porque já havia anunciado o resultado final. “Eu sei que o PMDB irá recorrer à Justiça contra o ato, mas segui as normas da Casa”, rebateu a petista. E tome nova votação.

O deputado Luiz Estevão retirou-se de plenário com seus sete peemedebistas, Renato Rainha (PL), Adão Xavier (sem partido), os tucanos José Edmar, Marcos Arruda e Marco Lima. Basta tomar nota desses nomes para saber quem quis derrubar o veto de Cristovam Buarque.

Segundo fontes oficiais, essa peraltice deverá custar a Arruda o cargo mais importante da Administra-

ção do Núcleo Bandeirante onde empregou sua irmã, a engenheira Rossana Celestin. Ela estava lá durante a votação assistindo a tudo do *cafezinho*, a sala de lanches que fica atrás do plenário.

Junto com Rossana estava outra administradora, Maria Delcione, do Paranoá e ocupantes do alto escalão do governo Cristovam Buarque. Eles tomavam café, água e *chá de cadeira* enquanto rolava o bate-boca. Conversavam na ante-sala os secretários de Agricultura, João Luiz Carvalho, Desenvolvimento Urbano, Paulo Bicca e Meio Ambiente, Chico Floresta. E os presidentes da Terracap, José Roberto Bassul e do IPDF, Luiz Phellipe Torrelly.

A briga na Justiça é líquida e certa, mas o deputado Luiz Estevão não confirma ou nega nada. “A minha única preocupação agora é ir para a aula de caratê”, desconversa. Na confusão, o governo ganhou tempo. Teve a noite de ontem e a manhã de hoje para convencer os rebeldes Marco Lima e Marcos Arruda. A sessão ordinária começará às 15h.



O deputado Luiz Estevão deposita seu voto na sessão da Câmara que analisou o veto do governador ao PDOT. Ele garante que se absteve, mas os deputados governistas anularam a votação